Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Inferno pantaneiro

Marina Silva afirma que bioma enfrenta uma das "piores situações já vistas". Estado decreta emergência

» INGRID SOARES
» VITÓRIA TORRES

AFP

Bombeiros em ação no combate a incêndios florestais em Mato Grosso do Sul: fenômeno é maior do que a capacidade de contenção

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou que o Brasil enfrenta uma das "piores situações já vistas" no Pantanal. Ela comentou sobre o bioma no Palácio do Planalto, após a segunda reunião da sala de situação para monitorar e prevenir a seca e os incêndios na região do Pantanal e da Amazônia. Ontem, o governo do Mato Grosso do Sul decretou estado de emergência por conta dos incêndios que se alastram na região há dias. O decreto tem prazo de 180 dias.

A ministra citou os incêndios criminosos, a mudança climática e o agravamento do efeito prolongado dos fenômenos El Niño e La Niña como os principais causadores dos incêndios "fora de curva" enfrentados na região.

"Toda a bacia do Paraguai está em escassez hídrica severa, não tivemos a cota de cheia e nem o interstício entre o El Niño e La Niña. Isso faz com que uma grande quantidade de matéria orgânica em ponto de combustão esteja causando incêndios fora de curva em relação a tudo que se conhece. O Ministério do Meio Ambiente vem trabalhando desde outubro do ano passado de forma intensa", emendou.

Marina ressaltou a atuação de 175 brigadistas do Ibama, 40 do Instituto Chico Mendes, 53 da Marinha, no total de 250 pessoas operando no território. Além disso, citou um adicional de brigadistas da Força Nacional.

"Infelizmente, fenômeno é incomparavelmente maior do que a capacidade humana de combater esses processos. Não é só o governo que tem que se preparar para esses fenômenos, é toda a sociedade. Neste momento, é fundamental parar de usar o fogo para qualquer coisa", acrescentou, apontando que 85% dos incêndios no Pantanal neste ano foram registrados em propriedades privadas.

Já a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que "não há limites de recursos" para enfrentar a situação e que, nesta quarta-feira, haverá reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO) para discutir a liberação de créditos extraordinários para combate aos incêndios.

"Não faltarão recursos do governo federal. É claro que com responsabilidade, analisando caso a caso. Os ministérios estarão apresentando os custos necessários. Estaremos trazendo quais são os possíveis créditos extraordinários que porventura serão necessários para que não faltem recursos para o combate ao fogo e a prevenção a incêndio", disse Tebet.

"Agora, não há orçamento no mundo, no Brasil que resolva o problema de consciência da população", ponderou a ministra do Planejamento. Na sexta-feira, Tebet, Marina e o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, desembarcam em Corumbá, no Mato do Grosso do Sul, para acompanhar o impacto dos incêndios e se reunir com autoridades locais.

Emergência

O governo de Mato Grosso do Sul decretou situação de emergência em resposta aos incêndios devastadores que assolam o Pantanal. Publicado no Diário Oficial do Estado, ontem, o decreto abrange as áreas afetadas pelo fogo, embora não especifique os municípios diretamente atingidos. Na prática, esta medida permite a realização de licitações sem edital para ações emergenciais, agilizando a resposta às crises.

Dados da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) revelaram que a área queimada no bioma Pantanal neste ano já alcançou 627 mil hectares, com 480 mil hectares em Mato Grosso do Sul (MS) e 148 mil em Mato Grosso (MT). Estes números já ultrapassam os recordes de devastação registrados em 2020.

O decreto estadual autoriza brigadistas e bombeiros a entrarem em residências para prestar socorro e evacuar propriedades privadas ameaçadas pelo fogo. A realização de licitações para obras, aquisição de equipamentos e serviços emergenciais fica dispensada.

Imagens impactantes circulam nas redes sociais, incluindo um vídeo que viralizou no último sábado (22/6). Ele mostra uma "muralha de fogo" do outro lado da margem de um rio onde se realizava uma festa do Arraial do Banho de São João em Corumbá. A cidade, conhecida como a "capital do Pantanal", abriga 60% do bioma e é a principal zona urbana da região.

A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) registrou sua crítica. "Alô Leonardo DiCaprio, Greta Thunberg, Marina Silva, Gilberto Gil e demais, cadê vocês?? Ahhh, não é o Jair Bolsonaro que está no governo, né?", escreveu em uma rede social.

No perfil da Prefeitura de Corumbá, internautas expressaram indignação pela decisão de manter a celebração. Comentários condenaram a festa em meio à devastação. "Lindo o Pantanal pegando fogo, o povo com crise respiratória, animais morrendo e vocês preocupados com festa", reclamou uma usuária pelo Instagram. "Misericórdia, que falta de amor pelo nosso planeta. Todo mundo queimando e tem gente festando. Realmente, pão e circo", comentou outra.

Ao **Correio**, o biólogo do SOS Pantanal, Gustavo Figueiroa, disse estar preocupado com a mudança climática e a imprevisibilidade das chuvas, fatores que agravam a crise ambiental na região. A antecipação de incêndios e a expectativa de uma seca prolongada desafiam ainda mais as estratégias de combate ao fogo e proteção do bioma.

"A nossa preocupação é muito grande porque junho é só o começo. Historicamente, nem começou o auge da seca, que vai ser lá para agosto e setembro. Agora, já estamos com esses números altos de fogo e áreas queimadas. A tendência é de que, nos próximos meses, a situação vai ficar mais crítica ainda. Esse ano, se a situação perdurar, pode ser que a seca fique no período que era para começar a chover", afirmou.

O meteorologista Natálio Abrahão Filho destacou a possibilidade de que a atual seca supere recordes históricos. "O cenário é crítico, porém ainda em tendência de eventos piores, pois o solo na região do Pantanal é arenoso e conserva as altas temperaturas. Com umidade abaixo de 25%, a tendência é de mais focos. O que se espera nas próximas semanas com uma situação de 54 dias sem chuva é que MS e MT tenham a maior estiagem da história, superando 1996, que houve 98 dias sem chuva".

Novas chuvas alagam 74 municípios no RS

» PEDRO JOSÉ*

Nos últimos 10 dias, pelo menos 74 cidades no estado do Rio Grande do Sul enfrentaram transtornos devido às chuvas, conforme relatórios da Defesa Civil gaúcha. Em Porto Alegre, três comportas do sistema de proteção contra enchentes serão fechadas para prevenção. Na última semana, fortes temporais com granizo atingiram o estado e destelharam casas, comércios e órgãos públicos.

O nível do Guaíba atingiu 3,31 metros na última medição de ontem, de acordo com medição feita na Usina do Gasômetro, pelo Serviço Geológico do Brasil (SGV), em Porto Alegre. Esse nível baixou 10 centímetros se comparado com o registrado às 6h do mesmo dia. Apesar da baixa, ainda está acima da cota de alerta, que é de 3,15 metros, e abaixo da cota de inundação de 3,60 metros.

O Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) informou que o fechamento das comportas ocorre devido à cheia dos afluentes do Guaíba e à ação do vento sul, que represa as águas do lago. As avenidas Guaíba e Pinheiro Machado, por sua vez, foram bloqueadas devido ao acúmulo de água na pista, conforme relato da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC).

Os prejuízos totais no estado somam R$ 12,4 bilhões com as chuvas no território, segundo o último boletim da Confederação Nacional dos Municípios(CNM). O setor mais prejudicado foi o habitacional, com impacto de R$ 4,7 bilhões e cerca de 110 mil casas danificadas ou destruídas.

O setor público, por sua vez, corresponde a um total de R$ 2,5 bilhões de perdas, sendo somente obras de infraestrutura (pontes, calçamento, asfaltamento de ruas e avenidas, viadutos, sistemas de drenagens urbanas) responsáveis por R$ 1,8 bilhão. Já no privado o total foi de R$ 5,2 bilhões, sendo R$ 4,2 bilhões relativos à agricultura e R$ 412 milhões à pecuária.

O governo federal lançou, ontem, um sistema de acompanhamento das ações que foram anunciadas para reforçar a recuperação econômica do Rio Grande do Sul. O sistema aponta que, até o momento, o executivo federal já anunciou medidas de apoio que somam até o momento R$ 91,7 bilhões. Destes, R$ 13,5 bilhões já teriam sido efetivamente repassados à sua destinação final.

Em Eldorado do Sul, cidade mais afetada pelas cheias no Rio Grande do Sul, com 100% da área urbana inundada durante o auge das enchentes, e agora, de acordo com a Defesa Civil da cidade, mais de 60 pessoas já tiveram que ser realocadas de suas residências. A alta do rio Jacuí foi crucial para a decisão do fechamento das comportas. O rio apresenta alta desde a última semana e está com 11,61 metros, sendo que a cota de inundação é de 6 metros. O Jacuí também é responsável por formar 84,6% do lago Guaíba. Os outros rios que compõem o lago são Sinos, Caí e Gravataí, que estão todos acima da cota de inundação.

Bruno Peres/Agencia Brasil

Eldorado do Sul: cidade seriamente atingida pela alta do rio Jacuí

Vale destacar ainda que o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu um alerta para ventos intensos de até 60 km/h e possibilidade de queda de granizo até as 15h desta segunda-feira no norte gaúcho e no sul de Santa Catarina.

O professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul(UFRGS), Dakir Larara, diz que o evento no Sul não está no fim, ele acredita que está só no começo devido aos grandes impactos ambientais e socioeconômicos que ainda acontecem. "Pelo alto volume de precipitação que tivemos ao longo do mês de maio e nesses últimos dias, o solo está com muito encharcado, então qualquer nova precipitação, até mesmo dentro dos padrões pode gerar problemas. Como observado na elevação de alguns rios das Bacias Hidrográficas que desembocam no Guaíba, como o delta do Jacui" explicou o professor.

As previsões meteorológicas do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) indicam tempo com chuva para os próximos 10 dias. Os volumes no estado devem chegar a cerca de 50mm na metade nordeste do estado no próximo dia 25.

CAMARA

Reprodução assistida para mulher com câncer

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*
» ALINE GOUVEIA

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o Projeto de Lei 1.508/24 que assegura o acesso aos serviços de reprodução assistida para mulheres em tratamento de câncer ou com endometriose pelo Sistema Único de Saúde. A proposta recebeu parecer favorável da relatora, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que sugeriu a adição de mulheres com endometriose.

Caso o Sistema Público de Saúde estiver sem condições de oferecer a cobertura assistencial, o poder público deverá recorrer à iniciativa privada para atender a essas mulheres.

Segundo a autora do projeto, deputada Iza Arruda (MDB-PE), o texto tem o objetivo de elevar a Política Nacional de Atenção Integral em Reprodução Humana Assistida para o patamar legal. A proposta altera a Lei do Planejamento Familiar e a Lei nº 11.664/08, que preveem o tratamento de câncer de mama, de útero e colorretal.

O projeto ainda passará pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, para depois ir ao Senado.

PL do Aborto

Em reação à proposta que equipara o aborto após a 22ª semana ao crime de homicídio, a deputada federal Sâmia Bomfim (PSol-SP) apresentou três projetos de lei que asseguram o acesso à interrupção da gestação nos casos previstos em lei. Em um dos textos, a parlamentar estabelece crime de omissão de socorro, com pena de detenção de um a seis meses, ao médico que alegar objeção de consciência para recusar a realização do aborto.

Pela legislação, o aborto, no Brasil, é permitido em três casos: quando a gestação é fruto de estupro, quando há risco para a vida da mãe ou quando o feto é anencéfalo. No entanto, os médicos podem alegar o direito da objeção de consciência, caso o procedimento contrarie os valores morais ou religiosos do profissional.

Para Sâmia, recusar a realização do aborto legal por convicções pessoais é uma prática abusiva. "As convicções religiosa, política, ética ou moral dos profissionais médicos não se sobrepõem ao dever do atendimento à saúde e ao cumprimento de determinações legais tratando-se dos casos em que o aborto é autorizado", diz a parlamentar.

Em outro projeto (PL 2.520/2024), a deputada sugere que nos casos de atendimento relacionado a aborto legal, o profissional de serviço público de saúde só deixará de realizar o procedimento por objeção de consciência quando houver outro profissional médico disponível para realizar o procedimento.

Por fim, o terceiro projeto de lei (PL 2.521/2024) dispõe sobre a obrigatoriedade dos profissionais da saúde de unidades de saúde públicas ou privadas informarem às vítimas de estupro, ou representante legal, a respeito da possibilidade de realização de aborto no caso de gravidez resultante da violência sexual.

***Estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**